

**PARTE G****CENTRO HOSPITALAR DO ALGARVE, E. P. E.****Aviso (extrato) n.º 3577/2015**

Por despacho de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Saúde, datado de 30 de dezembro de 2014, foi autorizada a transição para o regime de trabalho de 40 horas semanais à Assistente Graduada de Cirurgia Geral, Lina Maria Santos Leote, pertencente ao mapa de pessoal deste Centro Hospitalar do Algarve, E. P. E., nos termos e ao abrigo do artigo 5.º, n.º 4, do Decreto-Lei n.º 266-D/2012, de 31 de dezembro, tendo nesta sequência sido celebrado Contrato de Trabalho em Funções Públicas, em obediência ao disposto no n.º 3 do artigo 17.º da parte preambular da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, tendo a presente transição produzido os seus efeitos a 01 de fevereiro de 2015.

26.02.2015. — O Presidente do Conselho de Administração, *Pedro M.H. Nunes*.

208507799

**CENTRO HOSPITALAR DO BAIXO VOUGA, E. P. E.****Deliberação (extrato) n.º 479/2015**

Por deliberação do Conselho de Administração de 14/11/2014:

Filipa Daniela de Almeida Rodrigues, Interna do Internato Médico de Pediatria Médica, homologada a lista de classificação final, nos termos do artigo 86.º do Regulamento do Internato Médico, aprovado pela Portaria n.º 251/2011, 24/06, conferindo-lhe o grau de especialista na referida área desde 08 de outubro de 2014, tendo sido atribuída a classificação de 18,90 valores (dezoito vírgula nove valores).

(Não está sujeito à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, de acordo com o disposto no artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto).

2015/03/12. — A Técnica Superior do SGRH, *Aida Maria Marques Tavares Valente*.

208506242

**Deliberação (extrato) n.º 480/2015**

Por deliberação do Conselho de Administração de 14/11/2014:

Sónia Regina Tavares da Silva, Interna do Internato Complementar de Pediatria, homologada a lista de classificação final, nos termos do artigo 86.º do Regulamento do Internato Médico, aprovado pela Portaria n.º 251/2011, 24/06, conferindo-lhe o grau de especialista na referida área desde 08 de outubro de 2014, tendo sido atribuída a classificação de 18,80 valores (dezoito vírgula oito valores). (Não está sujeito à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, de acordo com o disposto no artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto).

2015/03/13. — A Técnica Superior do SGRH, *Aida Maria Marques Tavares Valente*.

208506445

**Deliberação (extrato) n.º 481/2015**

Por deliberação do Conselho de Administração de 14/11/2014:

Ana Rita Gomes da Silva Henriques, Interna do Internato Médico de Anestesiologia, homologada a lista de classificação final, nos termos do

artigo 86.º do Regulamento do Internato Médico, aprovado pela Portaria n.º 251/2011, 24/06, conferindo-lhe o grau de especialista na referida área desde 23 de outubro de 2014, tendo sido atribuída a classificação de 17,00 valores (dezassete valores).

(Não está sujeito à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, de acordo com o disposto no artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto).

2015/03/13. — A Técnica Superior do SGRH, *Aida Maria Marques Tavares Valente*.

208506478

**Deliberação (extrato) n.º 482/2015**

Por deliberação do Conselho de Administração de 14/11/2014:

Fátima Cristina de Jesus Ribeiro, Interna do Internato Médico de Pediatria Médica, homologada a lista de classificação final, nos termos do artigo 86.º do Regulamento do Internato Médico, aprovado pela Portaria n.º 251/2011, 24/06, conferindo-lhe o grau de especialista na referida área desde 08 de outubro de 2014, tendo sido atribuída a classificação de 18,70 valores (dezoito vírgula sete valores). (Não está sujeito à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, de acordo com o disposto no artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto).

2015/03/13. — A Técnica Superior do SGRH, *Aida Maria Marques Tavares Valente*.

208506437

**Despacho (extrato) n.º 3445/2015**

Por Despacho do de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Saúde de 31/03/2014:

Maria José Santos Almeida, Assistente Graduada de Ginecologia/Obstetrícia em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado em funções públicas do Centro Hospitalar Baixo Vouga, autorizada a passagem para o regime de trabalho de 40h/semanais, com início a 01 de maio de 2014, nos termos da Lei n.º 266-D/2012, de 31/12.

(Não está sujeito à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, de acordo com o disposto no artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto).

2015/03/12. — A Técnica Superior do SGRH, *Aida Maria Marques Tavares Valente*.

208506234

**CENTRO HOSPITALAR LISBOA NORTE, E. P. E.****Declaração de retificação n.º 244/2015**

Por ter saído com inexactidão o aviso (extrato) n.º 2736/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 50, de 12 de março de 2015, retifica-se que onde se lê «encontra-se aberto concurso para duas vagas do ciclo de estudos especiais de Infecologia Pediátrica» deve ler-se «encontra-se aberto concurso para uma vaga do ciclo de estudos especiais de Infecologia Pediátrica».

13 de março de 2015. — O Diretor do Serviço de Recursos Humanos, *Rogério Alexandre Branco Fernandes Costa*.

208508713

**PARTE H****MUNICÍPIO DE ÁGUEDA****Aviso n.º 3578/2015****Anulação de procedimentos concursais**

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por deliberação da Assembleia Municipal de 27-02-2015, sob proposta do Executivo Municipal

de 24-02-2015, e com os fundamentos aí expostos, foi determinada a anulação dos procedimentos concursais infra identificados:

a) Aviso n.º 5199/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 76 de 17 de abril de 2014:

1) Referência D — 2 (dois) Técnicos Superiores para a área de Engenharia Eletrotécnica;

- 2) Referência H — 1 (um) Técnico Superior para a área de Psicologia;
- 3) Referência I — 1 (um) Técnico Superior para a área de Design de Comunicação;
- 4) Referência J — 1 (um) Técnico Superior para a área de Arqueologia.

b) Aviso n.º 5242/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 77 de 21 de abril, para 1 (um) Técnico Superior para a área de Engenharia Civil.

Considera-se, desta forma, notificados todos os candidatos da anulação dos procedimentos concursais supra mencionados.

12 de março de 2015. — O Vereador, com competências delegadas, *João Carlos Gomes Clemente*.

308506964

## MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA

### Aviso n.º 3579/2015

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho, de 23 de janeiro de 2015, nomeei em regime de substituição, nos termos previstos no artigo 27.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, adaptado à administração local nos termos constantes no artigo 19.º, da Lei n.º 49/2012, de 30 de agosto, no cargo de direção intermédia de 1.º grau (Diretor de Departamento), do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, o técnico superior, Arq. António Rui da Conceição Silva.

2 de março de 2015. — O Presidente da Câmara Municipal, *Carlos Eduardo da Silva e Sousa*.

308477901

## MUNICÍPIO DE ALENQUER

### Edital n.º 269/2015

#### PDM de Alenquer — procedimento de alteração ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 93.º

#### do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na sua atual redação

Pedro Miguel Ferreira Folgado, Presidente da Câmara Municipal de Alenquer:

Torna público, nos termos do n.º 1 do artigo 74.º do decreto-lei 380/99, de 22 de setembro, na redação que lhe foi dada pelo decreto-lei 46/2009, de 20 de fevereiro, que a Câmara, em sua reunião ordinária pública de 09/03/2015, deliberou, por maioria:

1 — Iniciar um procedimento de alteração ao PDM, nos termos previstos no artigo n.º 96 do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), na redação dada pelo decreto-lei 46/2009, de 20 de fevereiro, a qual consiste na reclassificação de solo de uma parcela de terreno de solo rústico, com aproximadamente 14.750m<sup>2</sup>, para solo urbano, na subcategoria de “*Espaços Industriais Existentes*”. O terreno em causa localiza-se no Alto da Borralha, freguesia de Ota, melhor identificado na planta anexa;

2 — Aprovar os Termos de Referência que consubstanciam e fundamentam a necessidade de proceder-se a uma alteração ao PDM em vigor;

3 — Não sujeitar a alteração a procedimento de avaliação ambiental, nos termos do n.º 4 do artigo n.º 96 do RJIGT;

4 — Estabelecer o prazo estimado de 6 meses para terminar o procedimento de alteração; e

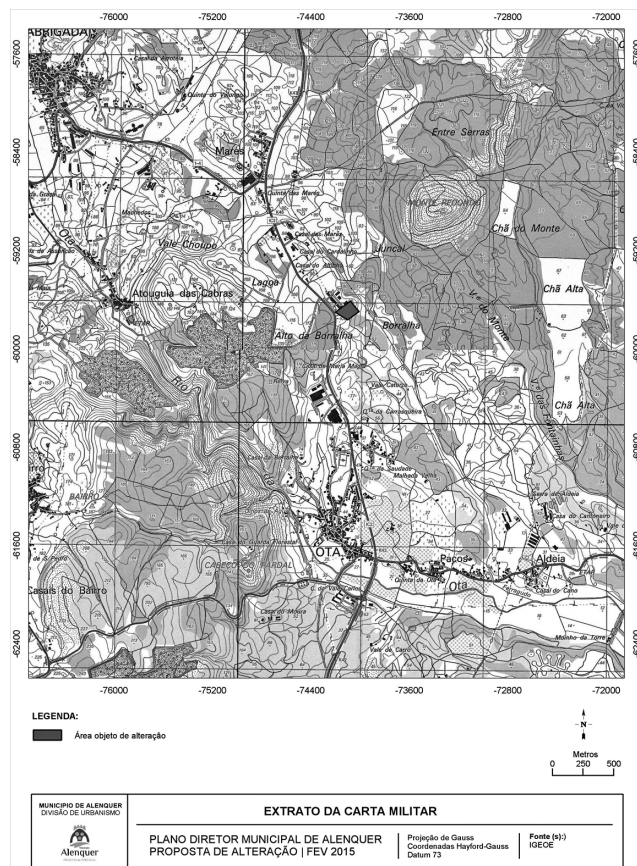
5 — Determinar a abertura de um período de participação pública, pelo prazo de 15 dias a contar da publicação no *Diário da República*, ao abrigo do n.º 2 do artigo n.º 77 do referido diploma.

Por último torna público que quaisquer participações/sugestões sobre a proposta aprovada em reunião poderão ser apresentadas por escrito, mediante requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Alenquer, DU/PDM — Divisão de Urbanismo/Plano Diretor Municipal, Praça Luís de Camões, 2580 — 318 Alenquer, por correio, ou através de correio eletrónico para o endereço pdm@cm-alenquer.pt.

Para constar se publica este e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos de estilo.

E eu, Ana Isabel da Cruz Brázia, Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro o subscrevi.

12 de março de 2015. — O Presidente da Câmara, *Pedro Miguel Ferreira Folgado*.



208507506

## MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ

### Aviso n.º 3580/2015

Berta Ferreira Milheiro Nunes, presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé, torna público, que a Câmara Municipal de Alfândega da Fé, na sua reunião ordinária de 10 de março de 2015, deliberou submeter a discussão pública a alteração efetuada ao Regulamento Geral da Atividade de Comércio a Retalho não Sedentária Exercida pelos Feirantes e Vendedores Ambulantes na área do Município de Alfândega da Fé.

Nos termos dos artigos 117.º e 118.º do CPA a audição dos interessados é feita pelo prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

A alteração de regulamento supra e que integra o presente aviso, encontra-se também disponível nos serviços da Câmara Municipal de Alfândega da Fé e no sítio [www.cm-alfandegadafe.pt](http://www.cm-alfandegadafe.pt).

Qualquer sugestão pode ser apresentada por escrito, devidamente fundamentada, até ao termo do prazo fixado, dirigida à Presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé, Largo D. Dinis. 5350-045 — Alfândega da Fé.

16 de março de 2015. — A Presidente da Câmara, *Berta Ferreira Milheiro Nunes*.

#### Regulamento Geral da Atividade de Comércio a Retalho não Sedentária Exercida pelos Feirantes e Vendedores Ambulantes na área do Município de Alfândega da Fé

#### Nota justificativa

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 42/2008, de 10 de março e posteriormente da Lei n.º 27/2013, de 12 de abril, foram introduzidas importantes alterações ao quadro legal existente, nomeadamente, simplificou-se o acesso à atividade de feirante e vendedor ambulante,